

Depois da Internet

Redes digitais entre o Capital e o Comum¹

Después de Internet

Las redes digitales entre el Capital y lo Común

After the Internet

Digital Networks between Capital and the Common

DOI: <https://doi.org/10.18861/ic.2025.20.1.4033>

► TIZIANA TERRANOVA

terranova@unior.it - Nápoles - Università di Napoli L'Orientale, Itália.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2729-3611>

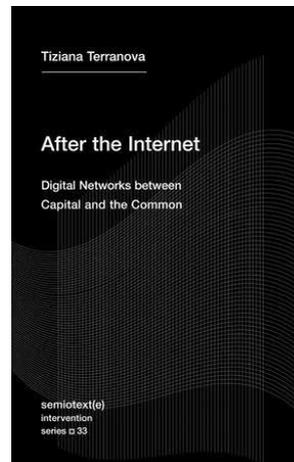
COMO CITAR: Terranova, T. (2024). Depois da Internet. Redes digitais entre o Capital e o Comum. *InMediaciones de la Comunicación*, 20(1). DOI: <https://doi.org/10.18861/ic.2025.20.1.4033>

Terranova, T. (2022). *After the Internet. Digital Networks between Capital and the Common*. Los Angeles: Semiotext(e).

1. INTRODUÇÃO

Antes que a década de 2020 trouxesse ao mundo, de forma repentina, a primeira experiência de uma verdadeira epidemia planetária, antes mesmo de que se acendesse a faísca de uma possível guerra nuclear mundial, vivemos os anos 2010, os anos aceleracionistas. A segunda década do século XXI testemunhou a cristalização abrupta de uma enorme infraestrutura global, que combinou, de um modo sem precedentes, tecnologias de comunicação e computação, conexão e cálculo.

¹ Tradução ao português da Introdução de *After the Internet. Digital Networks between Capital and the Common* (2022). O livro de Tiziana Terranova fue publicado en 2022 na coleção Intervenções da editora Semiotext(e). Agradecemos à autora e a seu editor, Hedi El Kholti, a autorização para traduzir e compartilhar o texto introdutório do livro com os leitores de nossa revista. A tradução ao português foi realizada por Aline Roes Dalmolin.



A infraestrutura que hoje constitui a manifestação dominante da conectividade digital não se parece muito com o que nas décadas anteriores se denominava “a Internet”, mas que aparece como um complexo de serviços online de propriedade privada autodenominado “plataformas” (Srnicek, 2017; Lovink, 2022). Este Complexo Corporativo de Plataformas (*Corporate Platform Complex* - CPC, em sua sigla em inglês), é atualmente governado por um punhado de empresas muito grandes e poderosas (também conhecidas como *Big Tech*²), que levam nomes como Google/Alphabet, Amazon, Apple, Facebook/Meta, Microsoft, Alibaba e Tencent. O CPC cresceu de forma expressiva neste período, no qual a pandemia atuou de fato como um acelerador de seu crescimento. Em 2020 e 2021, enquanto a economia mundial se contraiu significativamente, os ingressos do CPC dispararam à medida que aquelas pessoas que estavam confinadas em seus lares ou tinham restrito seus movimentos, se encontraram dependendo mais do que nunca da conectividade digital. Desse feito, a chamada onda digital de 2020 não apenas enriqueceu globalmente as *big tech*, mas abriu novos mercados (videoconferências, educação a distância) e alimentou sonhos cada vez mais expansivos. O projeto do Metaverso, por exemplo, lançado em 2021 pela empresa antes conhecida como Facebook, pretendeu converter a experiência pandêmica de aprender, trabalhar, socializar e jogar a uma distância de uma experiência ordinária, projetando um futuro cripto econômico, um mundo aumentado/virtual ao estilo Pixar, onde o digital e o real se convertem perceptivelmente indistinguíveis.

O deslocamento da Internet para os CPC pode ser observado nas transformações tecnológicas, econômicas e culturais das redes digitais, que se distanciam significativamente da Internet como a conhecíamos até agora. De modo geral, a Internet passou de um conjunto de protocolos de rede interoperáveis regidos por organizações públicas e/ou voluntárias sem fins lucrativos para se tornar um conjunto de comunidades digitais fechadas, com forte propriedade sobre dados, *softwares* e infra estruturas. Tecnicamente, os CPC se afastaram da centralidade simbólica das arquiteturas *peer-to-peer* em direção a uma centralidade muito mais forte da computação em nuvem, acompanhando a transição dos computadores de mesa para os dispositivos móveis. A automação também se expandiu com base no uso ativo dos dados gerados pela participação dos usuários, um movimento crucial na regeneração dos programas de inteligência artificial que atualmente operam no campo do aprendizado de máquina (*machine learning*).

A transformação econômica das redes digitais também evidencia-se no fato de que uma infraestrutura tecnológica que, em sua maior parte, suportava usos públicos ou sem fins lucrativos tenha se transmutado em um gigantesco ambiente empresarial e industrial, caracterizado por altos níveis de concentração. É necessária uma relação próxima ao capital financeiro (desde os “investidores anjos” até o capital de risco, passando pelos mercados financeiros propriamente ditos após

2 N. da T.: Sempre que a expressão utilizada originalmente pela autora seja de uso corrente dentre os falantes em português, decidimos manter alguns dos termos no idioma original.

as ofertas públicas iniciais) para conquistar um espaço na corrida pela disrupção contínua dos mercados existentes (por exemplo, transporte, turismo e *delivery* de comida). Os efeitos de rede permitem que as plataformas bem-sucedidas criem monopólios que sustentam “ecossistemas”, compostos por uma multidão de pequenos agentes econômicos que dependem completamente dos atores maiores para se manter –um modelo liderado pelos programas AdSense e AdWords do Google, mas que hoje é onipresente, representado pelo Amazon Marketplace, pelas lojas de aplicativos Android Play e Apple App, além de empresas como Uber e Airbnb.

Do ponto de vista da cultura em rede, a figura do típico “sujeito” também mudou. O usuário como “mestre da máquina” ou como “pioneiro da fronteira eletrônica” declinou; algo que não é de todo lamentável, mas o que surgiu em seu lugar também não é muito reconfortante. O consenso parece ser que o usuário passou de mestre a viciado, já que as interfaces *behavioristas*, projetadas com o propósito de maximizar o engajamento, corrompem a inteligência coletiva, facilitando a disseminação de notícias falsas, teorias da conspiração e discursos de ódio (Zuboff, 2018). Em vez do *hacker*, o “influenciador” tornou-se a nova figura heroica, o foco da subjetivação. Contra a ameaça da Multidão como figura da diferença e da heterogeneidade, o fantasma do Povo também voltou a emergir –efemeramente unido, mas na maior parte do tempo polarizado e dividido, quando não engajado em guerras nacionalistas ou na construção de muros contra a ameaça de Outros Povos (Gerbaudo, 2021).

Como resultado desse processo, segundo Hito Steyerl (2013), o que às vezes ainda se chama de Internet perdeu seus significados anteriores. Esta “deixou de ser uma possibilidade”, algo novo e empolgante que prometia um futuro melhor. A Internet tornou-se, em vez disso, uma tecnologia residual, que ainda é “um elemento efetivo do presente”, mas menos legível e inteligível do que costumava ser. A Internet ainda existe, mas de forma intersticial, quase nunca perceptível para as grandes e poderosas entidades que tomaram seu lugar³. Os padrões e protocolos desenvolvidos como parte do projeto de criação da Internet como rede pública e aberta continuam funcionando, mas estão cada vez mais enterrados sob uma espessa camada de serviços corporativos. As subculturas nativas da Internet, como aquelas formadas nos anos 1980 e 1990, passaram à clandestinidade, reunindo-se na chamada *dark-web*, em chats IRC (Internet Relay Chat), em alguns fóruns, em redes piratas de compartilhamento de arquivos, em sites sem conexões sociais, em redes em malha e *wikis*, e talvez também nos caóticos ambientes informativos de alguns aplicativos de mensagens seguras, criptografadas e de código aberto.

Estendendo seus tentáculos de mineração de dados, os novos proprietários do mundo digital subsumiram a Internet (como diriam os marxistas), ou seja, a transmutaram, absorveram e incorporaram, mas não necessariamente derrotaram ou

³ Os termos residual, dominante e emergente foram inicialmente desenvolvidos pelo crítico literário Raymond Williams (1978) em seu livro *Literatura e Marxismo*, e mais recentemente recuperados por Lisa Lowe (2015).

dissolveram. Como entidade subsumida, a Internet não está morta, mas é, antes, um morto-vivo, uma presença fantasmagórica que assombra o CPC com os espectros do potencial que manifestou no passado e de suas antigas promessas. Assim, enquanto o CPC demonstra uma crescente concentração de controle, o fantasma da Internet persiste como uma aspiração muito mais apagada, mas perceptível, para uma distribuição sem precedentes do poder de conhecer, compreender, coordenar e decidir. Enquanto as plataformas nos pedem que aceitemos contratos (“termos e condições de uso”) que lhes conferem o poder soberano de desligar, expulsar, banir e cancelar aqueles que não cumprirem suas regras, o fantasma da Internet permanece como a possibilidade de conexão por meio de formas técnicas que não transferem a propriedade dos dados nem o controle do uso. Enquanto as plataformas impõem uma estrita assimetria entre servidores e clientes, a Internet insiste que todos os nós da rede podem compartilhados⁴. Em contraste com a degradação do debate público em nome de um engajamento quantificável causado pelo CPC, o fantasma da Internet sussurra a possibilidade de novos tipos de uma inteligência coletiva. E enquanto a economia de plataforma transforma o trabalho digital em trabalho ocasional e precário, o fantasma da Internet insiste na superioridade da produção do comum sobre a acumulação proprietária do capital, e nos valores sociais (éticos, existenciais, estéticos) sobre o império da monetização ou do valor de troca.

2. UMA BREVE HISTÓRIA DAS REDES

A ascensão do CPC pode ser considerada parte de uma nova guinada na longa história das redes, caracterizada por uma integração acelerada e sem precedentes entre comunicação e computação, ou seja, pela capacidade de conectar e transmitir, bem como de calcular e raciocinar. Essa nova fase especificamente mobiliza o que pode ser descrito como as três principais propriedades das redes: sua constituição histórica como símbolos matemáticos abstratos, como objetos empíricos observáveis e como sistemas artificiais projetados. Como símbolo matemático abstrato, a rede pertence ao campo da teoria dos grafos. A figura abstrata da rede é o grafo – “um objeto matemático formado por pontos, também chamados de vértices ou nós e linhas, também chamadas de arestas ou conexões, que abstrai todos os detalhes, exceto a conectividade” –, sendo o exemplo mais antigo e bem-sucedido dessa *analysis situ*, ou geometria das situações, que Gottfried Leibniz idealizou como uma formalização geométrica do espaço relacional (De Rizi, 2015; Newman, László Barabási & Watts, 2006). Os grafos de redes implicam a propriedade fundamental de conectividade ou continuidade, que, assim, se torna calculável ou computável. Para os cientistas de redes, esse objeto matemático se manifesta em objetos empíricos observáveis (como redes sociais ou redes biológicas), que atuam como meios para a transmissão de informações e tendem a “surgir de forma

⁴ N. da T: No original, *all nodes can be peer*.

natural, tipicamente não planejada e descentralizada”, e que podem ser estudados –ou seja, suas propriedades podem ser calculadas– usando as ferramentas da teoria dos grafos (Newman, László Barabási & Watts, 2006). Para os cientistas de redes, essas redes empíricas também incluem redes artificiais ou de engenharia as quais, embora “pretendam servir a um propósito único e coordenado (transporte, fornecimento de energia, comunicações), são construídas ao longo de longos períodos de tempo por várias agências independentes e autoridades” (Newman, László Barabási & Watts, 2006, p. 4).

Talvez as redes não sejam as entidades pré-fabricadas que a ciência esperava conhecer, como certa vez argumentou Fredrich Kittler (1996), mas a matemática das redes iniciou com o problema de diagramar o movimento físico através de uma rede de engenharia desse tipo, como no quebra-cabeça das pontes de Königsberg. Este consiste na primeira formulação matemática da teoria dos grafos, em 1736, relacionada aos sistemas de pontes que conectavam as diferentes partes da cidade de Königsberg, situada em um estuário, no norte da Europa. Embora a malha de ruas e estradas sem dúvida constituem-se em exemplos muito importantes de redes de engenharia, os sistemas de comunicação são igualmente importantes e, com o tempo, se tornaram ainda mais. Na medida em que pode ser usada para transportar informações, uma rede física de ruas, estradas e pontes também pode servir como rede de comunicação. No entanto, as redes de comunicação têm uma história própria, associada à abstração e codificação da informação como um sinal transmissível. Um dos primeiros exemplos desse tipo de redes pode ser o sistema de torres de vigilância montadas durante a Idade de Ouro Islâmica no século IX d.C., que, segundo relatos, era capaz de transmitir uma mensagem ao longo dos 4.250 quilômetros que separavam a cidade costeira egípcia de Alexandria da cidade espanhola/marroquina de Ceuta em apenas um dia (Mack Smith, 1988).

A partir do século XIX, as redes de comunicação passaram a operar na velocidade de sinais elétricos e/ou eletromagnéticos, viajando por cabos ou pelo ar, a exemplo do telégrafo, do telefone, do rádio e da televisão. Como um tipo de rede movida por sinais elétricos, as redes digitais também dependem da eletricidade. No entanto, ao contrário do telégrafo, telefone ou televisão, apresentam a característica única de serem compostas por máquinas lógicas que podem usar micro transistores para computar qualquer função ou atividade que possa ser codificada como uma série de instruções executáveis ou algoritmos. Pode-se dizer que isso está relacionado ao fato de que as redes digitais contemporâneas são as primeiras redes de comunicação na história a implementar dispositivos computacionais na forma de nós.

A integração sistemática de comunicação e computação, embora implícita na rede como objeto abstrato e empírico, torna-se explícita de fato no momento em que os computadores começam a ser usados para comunicar, e não apenas para calcular. Os primeiros usos comunicacionais dos computadores podem ser rastreados na prática dos sistemas operacionais de tempo compartilhado na década

de 1960, quando diferentes usuários podiam acessar a mesma máquina de grande porte para enviar e receber mensagens uns dos outros; de fato, foi nesta época que o usuário se constituiu e foi nomeado como aquele que gasta seu tempo na utilização da máquina (Hu, 2015). A primeira rede de computadores pela qual diferentes máquinas em locais distintos podiam se comunicar entre si foi a ARPANET, uma rede de comutação de pacotes que conectava centros de computação afiliados à Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Lançada em 1969, a ARPANET foi encerrada em 1983.

No entanto, ao contrário da ARPANET, a Internet não é apenas uma rede de computadores, mas uma rede de redes de computadores (literalmente, uma inter-rede). Por isso, sua origem deve ser situada na implementação dos chamados protocolos da Internet, como o TCP/IP nos anos 1970. A Internet não apenas possibilitou que computadores se comunicassem localmente, mas também implementou uma infraestrutura lógica e técnica que permitia que diferentes redes de computadores se conectassem facilmente, mesmo a grandes distâncias. Na Internet, a computação e a comunicação pela primeira vez funcionaram juntas como parte de uma arquitetura construída para superar diferenças, ou seja, para se expandir (Terranova, 2004).

Entre os anos 1980 e 1990, as redes de computadores como a Internet, mas também outros tipos de redes locais, eram suficientemente restritas para abrigar suas próprias e distintas subculturas. Os sujeitos sociais hegemônicos das tecnoculturas da Internet eram de fato (em sua maioria) homens nerds brancos. Na Internet, como apontou Lisa Nakamura, a identidade padrão era branca e masculina, embora dominada pelo anonimato e pelos pseudônimos (como nos canais de IRC) em vez de estar ancorada em nomes próprios autenticados, como ocorre hoje no Complexo Corporativo de Plataformas (Nakamura & Chow-White, 2012). Aqueles que se identificavam com o ethos hacker confiavam e construíam softwares sociais livres e de código aberto, como e-mails, mensagens, protocolos de transferência de arquivos, WAIS e *gopher*, e os grupos de notícias UNIX. Politicamente, as primeiras subculturas digitais eram dominadas por duas tendências principais. De um lado, os ciber-libertários brancos (em sua maioria norte-americanos) surgidos das contraculturas dos anos 1960, que defendiam que a informação deveria e queria ser livre, subscreviam as Declarações de Independência do Ciberespaço, “colonizadores” na “Fronteira Eletrônica” e alertavam contra todas as tentativas de limitar a liberdade dos “pioneiros das comunidades virtuais”⁵. Do outro lado, os radicais brancos (em sua maioria europeus, majoritariamente homens) que se identificavam com o ethos anarquista “Faça Você Mesmo”⁶ dos movimentos *punk* e *squatters*⁷ dos anos 1980, acreditavam que as redes de computadores poderiam

5 Ver, especialmente, John Perry Barlow (1996) e Howard Rheingold (1993).

6 No original DIY: “Do it yourself”.

7 N. da T.: Movimento europeu de luta por moradia e ocupação urbana, surgido na contracultura da década de 1960.

fomentar novos tipos de formas autônomas de organização política⁸. Redes locais, como os Bulletin Board Systems (BBS), existiam de forma paralela à Internet, mas utilizando tecnologias semelhantes para promover conexões (como no exemplo de Fidonet⁹). Apesar da hegemonia dos sujeitos brancos e masculinos, a Internet também abrigou algumas culturas insurgentes contra-hegemônicas, minoritárias e de resistência (como grupos feministas/queer e tecno culturas asiáticas e negras)¹⁰.

O fim da Internet se precipitou em 1991, quando o governo dos Estados Unidos levantou a proibição do uso comercial, num período em que a chamada “supervia da informação” era o termo da moda entre os políticos norte-americanos. Quando, em 1993, o CERN (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear) tornou público o software da World Wide Web (WWW), desenvolvido pelo engenheiro Tim Berners-Lee, a interface visual de uso amigável da WWW foi imediatamente adotada pelo mercado. A primeira onda de negócios na Internet foi batizada a partir dos novos domínios web destinados ao uso comercial, os “ponto com”. No final da década de 1990, as empresas ponto com representavam uma verdadeira ruptura com a antiga cultura corporativa da indústria da computação, personificada pelo gigante IBM. Um de seus primeiros etnógrafos, Andrew Ross (2002), descreveu a mão de obra dessas empresas como “sem colarinho”, para demarcar a diferença com a divisão dos trabalhadores entre os de colarinho branco e os de azul, ou seja, intelectuais e manuais, na fábrica fordista. Assim como a Apple, mas em menor e em mais horizontal escala, esses trabalhadores também se inspiraram na contracultura dos anos 1960, mas foram mais diretamente influenciados pela vida universitária da *Ivy League*¹¹ dos Estados Unidos. Traços como o predomínio de hierarquias informais, uma cultura de trabalho como jogo e uma intensa personalização das relações estavam destinados a exercer uma influência duradoura no Complexo Corporativo de Plataformas. Foi neste período que se constituiu o que Andy Cameron e Richard Barbrook (1995) denominam “ideologia californiana”: um termo que exemplifica um conjunto de ideias e atitudes que se espalharam do Vale do Silício para o mundo inteiro¹².

A bolha das ponto com atingiu seu auge, estourou e entrou em colapso em 2001, alguns meses antes dos atentados terroristas de 11 de setembro, quando o colapso do mercado de ações da Nasdaq marcou o início da “primeira recessão da

⁸ Consultar, especialmente, Bosma et al. (1999).

⁹ Fidonet é uma rede de troca de mensagens, fundada em 1984 nos Estados Unidos, cujo serviço era chamado Netmail e foi precursor do email da Internet.

¹⁰ Consultar, por exemplo, a série *Cyberfeminist International Old Boys Network Readers*, de Cornelia Sollfrank e Old Boys Network (eds.), *First Cyberfeminist International: 20-28 de septiembre de 1997; Hybrid Workspace*, Kassel (Hamburgo: Old Boys Network, 1998), registro da conferência de setembro de 1997, celebrada como parte de *Hybrid Workspace* em Documenta X, Kassel; Cornelia Sollfrank e Old Boys Network (eds.), *Next Cyberfeminist International: Old Boys Network Reader 2* (Hamburgo: Old Boys Network, 1999), documentação ampliada da conferência de março de 1999 em Roterdã. Para um relato da história dos engenheiros de *software* negros, consultar: Charlton McIlwain (2019).

¹¹ N. da T.: *Ivy League* é o nome do grupo formado por oito instituições de ensino superior de excelência nos Estados Unidos: Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, Universidade da Pensilvânia, Princeton e Yale.

¹² Consultar: Barbrook e Cameron (1995) e Geert Lovink (2003).

Internet” (Lovink, 2003). O colapso não significou o fim da colonização capitalista da Internet, como alguns esperavam, mas foi seguido por uma nova fase de comercialização ainda mais intensa, que injetou novo capital no desenvolvimento de inovações tecnológicas, contornando os processos mais lentos de produção em rede baseada no comum. Já em meados dos anos 2000, o que restava da indústria da Internet se reorganizou em torno da Web 2.0, um termo que identificava os sobreviventes do colapso que iriam inspirar uma nova onda de empresas ainda mais bem-sucedidas (O’Reilly, 2005). O modelo vencedor aproveitava a mão de obra gratuita da participação dos usuários, cujo valor logo se transformaria no recurso utilizado para a mineração de dados armazenados nos anônimos bunkers de concreto das fazendas de servidores de Internet. Assim, a economia primitiva das plataformas conseguiu navegar pelos ventos da crise financeira de 2008 – que se revelou muito maior e mais sistêmica do que a de 2001 –, devastando as economias domésticas e as nações mais vulneráveis, provocando execuções hipotecárias, embargos e austeridade, enquanto a dívida privada das empresas era transferida para os trabalhadores e os Estados-nação. Apesar da crise de 2008, a riqueza acumulada nos mercados financeiros e seu poder de influenciar a economia como um todo atingiram níveis sem precedentes na década de 2010, proporcional à sua capacidade de saquear recursos naturais e produtos da cooperação social, moldados pela neo-monadológica arquitetura das redes sociais digitais. Como aponta Saskia Sassen (2014), os valores dos mercados financeiros englobavam, em 2014, quantias como “um quatrilhão” (em comparação com um PIB mundial de sessenta trilhões), incluindo o valor estimado de produtos financeiros como os derivativos.

Assim, a maioria dos gigantes das plataformas corporativas atuais nasceu literalmente entre duas crises financeiras: a menor e mais restrita de 2001 e a maior, mais sistêmica e em nível global de 2008. Ao mesmo tempo, estas plataformas não teriam alcançado o domínio atual das redes digitais se não pudessem contar com o capital financeiro para se sustentar no longo prazo, antes que as grandes perdas se transformassem em grandes receitas. Empresas como Google, Amazon e Facebook fizeram parte dessa nova geração de empresas da Internet que herdaram algumas características das culturas de trabalho das empresas ponto com mas que, em desconfiança ante o colapso de suas predecessoras imediatas, se orientaram de forma muito mais agressiva para a monetização. O CPC surgiu como uma reação ao colapso de 2001, assumindo inicialmente a forma de *startups*, organizações econômicas peculiares cuja cultura foi descrita por antropólogos e sociólogos, narrada por romancistas, retratada em filmes e séries de televisão e documentada tanto em crônicas elogiosas quanto em relatos sombrios ou polêmicos de ex-funcionários desiludidos. Algumas das características da cultura empresarial das *startups* presentes na grande gama de estudos e representações incluem sua composição jovem; a supervalorização da habilidade técnica (geralmente associada ao masculino) e a desvalorização do conhecimento linguístico, humanístico e social (geralmente associado ao feminino); sua predominância

branca com pequenas doses de traços asiáticos; o culto ao fundador ou aos fundadores; a distinção entre funcionários que possuem ações da empresa e os que não possuem; e a exigência de investimento afetivo na missão da empresa, o que ocorre também na maioria das corporações capitalistas, mas que aqui intensifica-se de modo específico. Quando bem-sucedidas, as startups se tornam “unicórnios”, que consistem em empresas privadas avaliadas em mais de um bilhão de dólares norte-americanos.

Na década de 2010, algumas startups aproveitaram os efeitos de rede para consolidar quase-monopólios, elevando drasticamente as barreiras de entrada em novas áreas-chave de desenvolvimento, como *hardware*, redes sociais, comércio eletrônico, ferramentas de busca, *streaming* e plataformas de trabalho. Poucas destas alcançaram o status de *Big Tech*, que consistem nas companhias mais prestigiadas e proeminentes como Alphabet (Google), Apple, Amazon, Meta (Facebook), Microsoft, Baidu, Alibaba, Tencent, Xiaomi e, em menor escala, Netflix, Uber e Twitter. Como membros principais do CPC, essas empresas foram pioneiras no uso de *software* de código aberto para acumulação privada e investiram pesadamente em infra estruturas de computação em nuvem para extração e processamento de dados, com grande impacto ambiental. Hoje, elas dominam um grande conjunto de microempresas e mercados secundários que dependem delas para sobreviver. Algumas vezes, essas empresas colaboram com governos e militares para desenvolver tecnologias usadas na repressão à dissidência e na perseguição a grupos oprimidos. Frequentemente, elas tentam equilibrar sua busca incessante por lucros crescentes com as crescentes demandas por regulamentação, uma vez que sua expansão ameaça ultrapassar funções governamentais essenciais. Na China, em particular, estas empresas encontram-se hoje sob estrito controle governamental, mas esse domínio sobre as redes digitais parece incerto de continuar em um futuro próximo.

Enquanto o processo de subsunção da Internet avançava implacavelmente na década de 2010, também aumentavam os protestos. Como observa Nick Dyer-Witheford,

as métricas de descontentamento social transnacional – atos de protesto e pesquisas que revelam insatisfação com os regimes de governo – têm aumentado nos últimos anos, atingindo níveis que não eram vistos desde o final da década de 1960¹³.

Esse descontentamento se manifestou menos na ideia de que as tecnologias americanas exportariam democracia para o mundo e mais em um processo tenso e ambivalente de possibilidades inesperadas. A capacidade logística e comunicativa do CPC foi repetidamente explorada e revertida pela contra-logística da revolta, que consiste na

¹³ N. da T.: Esta citação de Nick Dyer-Witheford foi extraída de um trabalho inédito, ainda não publicado, ao qual Tiziana Terranova teve acesso ao texto original.

auto-organização dos manifestantes em sua capacidade de organizar sua resistência em meio à repressão policial; dispersar-se e novamente reunir-se; buscar suprimentos de máscaras de gás, comida ou materiais para barricadas; tomar decisões de forma coletiva em meio aos ataques policiais e aos confrontos nas ruas; conectar-se com outros manifestantes, através de cidades, regiões e fronteiras¹⁴.

Desse modo, o “capitalismo de plataformas gera plataformas de revolta” (Dyer-Witthford, Brenes Reyes & Liu, 2020). As plataformas de revolta apareceram primeiro nos ciclos de luta contra as políticas de austeridade entre 2008 e 2014 (incluindo as primaveras na Grécia, no Norte da África e no Oriente Médio), em protestos globais contra a violência de gênero e racial (como *Black Lives Matter* e *Ni Una Menos*), na onda transnacional de protestos entre 2018 e 2019 (que ocorreram na França, em Hong Kong, no Chile, na Catalunha, no Líbano, no Irã, no Iraque, na Argélia, em Camarões, no Chade, em Congo, em Myanmar e na Etiópia, entre outros lugares) e em movimentos ecológicos como o *Fridays for Future* e o *Extinction Rebellion*.

O surgimento do CPC foi também acompanhado por uma transformação geral no modo como se iniciam e são conduzidas as manifestações, como parte de uma mudança mais ampla, no sentido do que propõe Maurizio Lazzarato (2023), que transforma “a” luta de classes (no singular) do século XIX e do início do século XX, nas “lutas de classe” (no plural) do final do século XX e início do século XXI (refletindo influências feministas, antirracistas, queer, subalternas e indígenas, em suas práticas e perspectivas). Isso vem se manifestando de um modo sem precedentes na capacidade dos trabalhadores, das mulheres, dos indígenas, dos negros, dos pardos, das pessoas LGBTQI+ para conectar-se, coordenar-se e organizar-se através destes novos meios, mas também, na reconfiguração das estratégias usadas pelos detentores do poder para bloquear essas lutas. Utilizando a expressão de Stefano Harney e Fred Moten (2013), em todos os lugares proliferam e se intensificam tanto os antagonismos particulares quanto os gerais. Os antagonismos particulares são aqueles gerados pela exploração no local de trabalho, pelo racismo e pelo sexismo, pelas contínuas catástrofes ambientais e pelas guerras. Já os antagonismos gerais consistem em, nos termos preferidos por Brian Massumi (2017), um estado geral de mal estar que nunca acaba de domar-se ou de subsumir-se de forma total. O estado geral de agitação não compreende apenas a revolta dos grupos sociais submetidos, mas também a resposta violenta das forças reacionárias. Cada vez mais, as redes globais são o meio através do qual se organizam e planejam todo o tipo de revoltas, incluindo revoltas radicais e revoltas reacionárias, revoltas e contra revoltas, “revoltas que impugnam a violência sistêmica do capitalismo e revoltas que reafirmam esta violência”, mas também discursos emancipadores e reativos, novas aberturas e duros contragolpes à medida que a “luta constante

¹⁴ Ibid.

pela liberdade” se encontra, e por vezes também se converte em uma “luta pela servidão”, como se fosse a salvação (Davis 2016; Negri, 2000). Desse modo, o CPC pós-Internet está longe de ser um império pacífico, pois agita-se em um profundo estado de inquietude. Embora pareça que o capitalismo de plataformas tenha colonizado o mundo, é preciso lembrar que ele também encontra-se permanentemente rodeado por algo (Harney & Moten, 2013).

3. ENTRE O MERCADO E O(S) COMUM(S)¹⁵

Apesar da evidente e inegável substituição da Internet pelo CPC, este não é um livro triste. Ou seja, não se trata de uma obra dedicada a lamentar “a ascensão e a queda” de uma nova e promissora tecnologia. Não consiste, portanto, em uma meditação melancólica ou apocalíptica, tingida pelo tom afetivo da nostalgia, do luto pelo que já se foi, de denúncia sobre a desesperança do presente e de alerta sobre catástrofes ainda maiores que possam vir pela frente. A história de cerco e captura, que constitui o discurso crítico comum sobre a conectividade digital contemporânea, é apenas uma parte desta história. A década de 2010 não foi marcada apenas pela subsunção real da Internet, como diriam os marxistas, mas também por uma certa tensão entre as diferentes visões a respeito de um mundo permeado pelas redes digitais. O processo de subsunção implicou uma série de possibilidades e conflitos que foram parcialmente silenciados, mas que estão longe de desaparecer. Na década de 2010, essas possibilidades e conflitos evidenciaram uma tensão entre, de um lado, o poder do mercado capitalista e, de outro, o potencial do Comum, um conceito político o qual, especialmente na última década, funcionou como ponto de encontro para aqueles que defendiam uma visão diferente a respeito do que a conectividade computacional poderia vir a ser. Não se trata, portanto, de um desejo de retornar à velha Internet, mas de pensar um outro tipo de imaginário social para as redes digitais contemporâneas. Assumir os termos dessa possibilidade implica uma atualização da análise marxista do capital à luz da inovação representada pela economia de plataforma, um processo que ainda está em andamento nos diversos estudos que abordam não apenas os novos tipos de condições laborais, mas também os próprios mecanismos de extração de mais-valia que operam nesses contextos¹⁶.

A conquista da Internet pelo mercado capitalista apresentou a plataformação como algo tão progressista quanto revolucionário, uma universal e benéfica disrupção de uma ordem social e econômica anterior. Contudo, essa suposta revolução progressista revelou-se mais como uma contrarrevolução, que normalizou a excepcionalidade proclamada na chamada economia digital do final

¹⁵ N. da T.: No original em inglês, *common(s)*. A autora aqui faz um jogo de palavras, com o uso da letra “s” entre parênteses, entre o conceito de comum e o termo *commons*, que pode referir-se não só ao conceito econômico clássico de “bem comum”, mas também aos movimentos *Commons* na cibercultura, que preconizam a livre circulação da propriedade intelectual na rede. O uso da expressão no original será assinalado toda vez que a autora fizer uso dela no texto.

¹⁶ Consultar, por exemplo, Kylie Jarrett (2016), Ned Rossiter (2016) e Alessandro Delfanti (2019).

dos anos 1990 e início dos anos 2000. Um sintoma dessa mudança foi, sem dúvida, a repentina popularidade, no início da década de 2010, da noção de economia da atenção, ou seja, a reorientação da competição capitalista por recursos escassos para a luta por captar a limitada capacidade de atenção dos usuários. As plataformas têm se mostrado extremamente ativas na implementação de interfaces comportamentais que incentivam o acesso compulsivo impulsionado pela dopamina: logar, fazer *check in*, clicar, curtir e interagir de muitas formas, dentro da dinâmica de participação que Jodi Dean (2010) acertadamente denominou como circuitos de transmissão do capitalismo comunicativo. Esse impulso para maximizar o engajamento desempenhou um papel crucial na produção de novas patologias do cérebro conectado, que se tornaram comuns — manifestas através do recorrente pânico moral a respeito da popularidade das *fake news* e das teorias da conspiração e no modo como isso pode ser percebido como uma degradação da opinião pública e da sociedade civil.

É importante assinalar, no entanto, que esse movimento em direção à economia da atenção e às interfaces behaviouristas foi precedido pelo crescimento exponencial do uso da Internet a partir do início dos anos 2000, marcado por um movimento massivo de compartilhamento, upload, postagem e discussão de conteúdos, realizado, principalmente, através de *softwares* não proprietários. O capitalismo de plataforma pode ser visto como uma reação ao tipo de participação em massa que inicialmente transformou o entusiasmo empresarial pela economia digital na preocupante possibilidade de um socialismo digital (Lanier, 2006; Kelly, 2009). Nos anos 2000, os movimentos de software livre e de código aberto, a Wikipedia e os primeiros exemplos de *crowdsourcing* sem fins lucrativos desafiaram um dos mitos fundadores do pensamento econômico contemporâneo: a ideia de que a economia de mercado era a única forma realmente eficiente de coordenar ações individuais. Essa tese foi especificamente articulada contra a ferramenta favorita das políticas econômicas socialistas desde os anos 1920 — a planificação centralizada. A crítica neoliberal à planificação centralizada sustentava que o mercado (e, especificamente, a definição de preços de mercado) era imensamente superior às economias socialistas devido à sua capacidade de permitir formas complexas de coordenação social com pouca ou nenhuma planificação centralizada.

De acordo com Dyer-Witheford (2013, p. 3), para os economistas da escola austríaca, o “mercado atua no planejamento como um distribuidor não coercitivo, de forma espontânea e emergente — o que [Friedrich] Hayek chamaria ‘catalaxia’” —. A sombra da catalaxia de Hayek era evidente nas metáforas biológicas populares utilizadas pela vanguarda digital dos anos 1990 para descrever como a Internet parecia funcionar sem nenhum organismo central de controle. A perspectiva liberal e neoliberal de que o mercado produz uma ordem ou equilíbrio de forma espontânea e de que uma economia pós-capitalista precisaria encontrar algum tipo de coordenação equivalente são ideias que aparecem em diversas teorias sobre a economia pós-digital e pré-plataforma no final dos anos 2000 e início de

2010. Essas especulações retomaram a tradição da chamada “cibernética vermelha”, como exemplificado na história da informática soviética narrada por Francis Spufford (2010) em sua novela *Red Plenty: Inside the Fifties Soviet Dream* e no relato de Eden Medina (2011) em *Cybernetic Revolutionaries: Technology and Politics in Allende's Chile*. Argumentou-se então que, se a economia é como um computador que pode ser acionado de modo mais flexível pelo mercado capitalista do que pelo rígido modelo de planejamento socialista, talvez as redes digitais possam oferecer uma solução para o debate sobre o cálculo socialista a ponto de tornar a economia socialista como uma opção viável novamente. Contudo, a planificação socialista não precisou da catalaxia de Hayek para se tornar real, como demonstrado pelo uso desse instrumento clássico socialista pelo Partido Comunista Chinês para gerenciar a economia de plataformas na China no momento em que esta apareceu. Como Cornelius Castoriadis (Castoriadis & Amis Curtis, 1988) certa vez argumentou, o socialismo real revelou-se apenas outro tipo de economia capitalista.

Por outro lado, a noção de comum –*common(s)*– não aponta para o socialismo digital, mas para uma possibilidade de escapar do dilema entre economia liberal e socialista, entre propriedade privada e pública. Aqui o momento fundacional não consiste no debate sobre o cálculo socialista dos anos 1920, mas remonta a uma discussão ainda mais anterior, que não opõe socialismo ao capitalismo, mas sim o pré-moderno ao moderno. A “tragédia dos comuns”, descrita por Garrett Hardin (1968) como o fracasso dos indivíduos em cuidar da propriedade compartilhada, na verdade evoca historicamente a expropriação de terras compartilhadas por camponeses e agricultores europeus, assim como a despossessão genocida sofrida por povos indígenas e aborígenes.

A noção de bem comum (*commons*) experimentou um renascimento nas décadas de 2000 e 2010, questionando o relato de Garrett Hardin sobre a inviabilidade da sustentação no contexto atual dos regimes comuns de propriedade e ampliando o conceito para incluir aspectos como informação, dados, redes de comunicação, cooperação social e participação digital. Em relação aos chamados bens comuns digitais (*digital commons*), o tema foi abordado de duas formas inter-relacionadas. A primeira tendência baseou-se na reavaliação do valor dos bens comuns como regime de propriedade, conduzida por estudiosos como Elinor Ostrom, que trabalhou a partir da análise institucional. A segunda tendência utilizou o conceito político de comum como parte de uma análise marxiana das transformações no modo de produção capitalista, ampliando a noção e comum ao domínio da produção de conhecimento e da cooperação social. Elinor Ostrom, laureada com o Prêmio Nobel de Economia, refutou eficazmente um dos mitos fundadores da economia tradicional (presente na tese da “tragédia do bem comum” de Garrett Hardin), evidenciando que os bens comuns podiam ser formas altamente eficientes de organizar a gestão de certos tipos de recursos naturais. Por outro lado, os pós-marxistas operaístas argumentavam que o Comum não se referia apenas a recursos específicos sujeitos a regimes comuns de propriedade,

mas também aos conhecimentos e formas de cooperação social que participam na produção e reprodução de bens compartilhados e modos de vida. Eles argumentam que estes são elementos intrínsecos do comum no modelo de produção pós-fordista, que de fato vem a se constituir como motores primários da produção de riqueza e, ao mesmo tempo, alvos da expropriação (Vercellone et al., 2015).

Essas duas vertentes do conceito de “comum” podem ser observadas em diferentes interpretações políticas sobre o papel do Comum no modo de produção digital em rede, como no caso de *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*, de Yochai Benkler (2006), e também em *Commonwealth*, de Michael Hardt e Antonio Negri (2011). No primeiro caso, em *The Wealth of Networks*, Benkler utiliza o arcabouço teórico da análise institucional, com ênfase na centralidade da natureza específica do bem em questão, para teorizar a possibilidade de uma produção baseada no comum entre pares na economia em rede. O livro de Benkler, em particular, pode ser lido como uma formalização de muitos argumentos sobre a peculiaridade da economia digital que foram articulados pela primeira vez na década de 1990. Partindo do ensaio de Roland Coase (1993), *The Nature of the Firm*, Benkler propôs uma teoria do modo de produção baseado no modo de produção entre pares baseada no comum que não implicava um retorno ao socialismo, mas de forma compatível com a economia dominante. Ele expandiu a noção de Comum de Elinor Ostrom para abranger informação, conhecimento e produção cultural em redes digitais. Segundo Benkler, modo de produção entre pares baseada no comum era possível devido às propriedades não rivais da informação como mercadoria, construídas por analogia ao bem comum natural. Desde os anos 1990, um lema recorrente entre comentaristas da economia digital era que a informação pode ser compartilhada sem alienação da propriedade: posso dar a você uma cópia de um arquivo do meu computador e ainda assim manter o meu. O caráter peculiar da informação em termos econômicos consiste em sua condição como bem não rival pois, ao contrário de bens materiais como carros ou garrafas, esta pode ser compartilhada sem perdas e duplicado a custos próximos de zero, graças à digitalização. Como bem sabem os defensores dos direitos autorais, uma vez realizada a primeira cópia de uma obra digital (filme, melodia, foto), o custo de copiá-la e distribuí-la é praticamente inexistente. Essa premissa levou juristas como Lawrence Lessig a argumentar que, ao eliminar barreiras obsoletas como os direitos autorais, seria desencadeado um novo renascimento da criatividade cultural livre. De maneira similar à ideia de bens comuns naturais de Ostrom, Benkler argumentava que os bens comuns digitais mostram evidências de autogestão eficiente fora do domínio das relações de mercado baseadas na propriedade privada.

Buscando distanciar-se da ameaça do socialismo digital ao evocar a citação do clássico liberal *A Riqueza das Nações* de Adam Smith (1776), Benkler mostra exemplos como softwares de código aberto, Wikipedia e as primeiras iniciativas de *crowdsourcing* sem fins lucrativos para evidenciar que um modo de produção não

mercantil e auto-organizado era possível — e que, de fato, era uma realidade concreta que emergiu na história da economia moderna como algo inovador, e não de caráter residual, marginal ou excepcional ante a hegemonia do mercado. A economia digital baseada no comum não era algo irracional, segundo Benkler, mas envolvida por algum tipo de utilidade ou satisfação de necessidades, motivadas por valores diferentes dos do mercado como o de trabalhar em colaboração, ter o valor individual reconhecido por pares, entre outros. Elementos que supostamente tornavam essa economia inteligível ou mesmo viável incluíam a centralidade da informação como bem não rival, o custo quase zero de sua reprodução, o baixo custo de acesso aos meios de produção (computadores e conectividade digital) e a evidência da catalaxia (a mão invisível do social), a qual, juntamente com o mercado, coordenava as iniciativas individuais de forma harmoniosa. Este era o sonho de uma massa de indivíduos livresmotivados mais por razões pessoais do que interesses econômicos estritos, que graças à baixa dos custos do capital fixo (máquinas) puderam finalmente engendrar uma economia de pares produzindo e compartilhando de forma livre e em abundância, ultrapassando as restrições do mercado (ou pelo menos, com algum controle em relação a ele), criando uma nova zona econômica onde o social poderia encontrar um novo papel. Em particular, Benkler foi bastante enfático não em relação ao modelo de natureza humana que embasou a teoria econômica em torno de uma certa visão do sijeito, como um “individualismo metodológico” e seu correlato, a teoria da escolha racional. Como a acadêmica caribenha Sylvia Wynter poderia melhor definir, a cosmogonia do *homo oeconomicus* (ou aquele que ela chama de Homem2)¹⁷ permeia este modelo de bens comuns digitais.

No entanto, a proposta de Benkler de um não mercado baseado no bem comum foi minada pela economia da atenção, conforme indica a própria trajetória de Benkler dos estudos sobre o bem comum digital para as formas de propaganda em rede. Muitas iniciativas *peer-to-peer* de produção do bem comum baseadas no trabalho voluntário tornaram-se incapazes de competir com empresas sustentadas e apoiadas por capitalistas de risco e mercados financeiros, capazes de absorver perdas temporárias na expectativa de grandes recompensas derivadas dos efeitos de rede e de novos tipos de quase-monopólios. O modelo de pares intercambiando informações e cooperando para a produção de bens comuns foi devastado pelos modos de comunicação por mídias sociais. Os enfrentamentos em torno a valores demonstram a irredutibilidade das crenças e desejos a motivações individuais e ao individualismo metodológico não puderam mais enfrentar o peso da opressão histórica que sociogenicamente estruturou os sujeitos através dos eixos das diferenças de gênero, sexualidade, classe, etnicidade e raça.

A plataformação, por outro lado, de maneira vitoriosa, transformou a explosão de participação na comunicação digital em crescente lucro econômico. O crescimento no uso da Internet (dos 361 milhões do ano 2000 a quase 2 bilhões

17 N. da T. No original, *Man2*.

em 2010, cifra que irá superar os 5 bilhões em 2021) traduziu-se no crescimento de valor de mercado de empresas como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft (cujo mercado agregado em 2021 se estimou-se em 4 trilhões de dólares estadunidenses)¹⁸. Esta conversão de crescimento em participação de receita foi muito bem capturada no vídeo *Order of Magnitude*, de Benjamin Grosser, obra de 2019, cuja edição junta trechos de aparições públicas do CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, enfatizando sua compulsiva frequência de uso de termos como “mais”, “crescer” e métricas como “milhões” ou “bilhões”.

Os bens comuns digitais desde então vem sendo expropriados ou literalmente degradados, como descreve Donatella Della Ratta (2019) em sua experiência como defensora do Creative Commons no mundo árabe no início da década de 2010. Lá, ela testemunhou como o entusiasmo pelo Creative Commons na região foi diminuindo na medida em que a incessante produção de provas filmadas da repressão policial e militar a dissidentes políticos era primeiramente capitalizada por uma plataforma como o YouTube e, posteriormente, perdia sua condição de prova-imagem quando a propaganda em rede tomava conta do que antes era a Internet.

A tendência do capital em expropriar os bens comuns – um processo que marcou o nascimento do capitalismo e que vem sendo conduzido ao longo de sua história – é, por outro lado, o núcleo da teoria do Comum, tal como articulada pelo pós-marxismo operaísta ao qual estive engajada ao longo da década de 2010. Enquanto a teorização pelo viés da análise institucional sobre os modos de produção de bens comuns em rede residia sobretudo na ideia de que este último superaria o mercado, a noção de comum apresentada pelo pós-marxismo operaísta enfatizava, em contrapartida, que esta consistia em nada mais do que uma nova fase na história da luta de classes, tão antiga quanto a economia capitalista e, de fato, seu próprio motor de desenvolvimento.

O conceito de Comum dos operaístas pós-marxistas afastou-se da centralidade do individualismo metodológico e da natureza não rival da informação como mercadoria, porque sua história não inicia na natureza da propriedade, mas na composição do trabalho. Ela não começa nas trocas mercadológicas, mas na produção em si mesma, ou seja, na cooperação social que ocorre não só na fábrica, mas também em toda a sociedade. Afirmava que a cooperação social como fonte de produção de valor nas economias capitalistas já não era definida apenas pela divisão do trabalho na fábrica orientada para a produção de bens materiais, mas estava cada vez mais reorientada para a produção de informação, de conhecimento, de afetos e da própria relacionalidade. Sugeriu que essa mudança implicava que o capitalismo funcionava cada vez mais por meio de uma renovada expropriação do Comum, ou seja, “o planeta Terra e todos os recursos associados a ela: a terra, as florestas, a água, o ar, os minerais”, mas também “os resultados do trabalho e da

¹⁸ Sobre as estatísticas em relação ao crescimento da Internet, consultar Internet World Stats: <https://www.internetworldstats.com/>; sobre o valor estimado de GAFAM, consultar Statista: <https://www.statista.com>.

criatividade humanos, como ideias, linguagem, afetos, etc.” (Hardt, 2010, p. 351). Argumentava que a financeirização correspondia à forma dominante do capital no momento em que a expropriação do Comum se tornou a principal modalidade de acumulação, e indicava, como sintoma desse processo, o crescimento da participação da renda (em relação aos salários e lucros) na distribuição global da renda. A hegemonia do capital financeiro, empiricamente verificável pela nova centralidade da renda em relação ao salário e ao lucro, indicava que a estratégia de acumulação de riqueza havia mudado: diferente da exploração que envolvia o binômio salário-lucro, a centralidade da renda no capital financeiro implicava que “as corporações roubam o Comum e o transformam em propriedade” (Ibid.). Assim, a lógica do capital financeiro, do ponto de vista do valor, havia se tornado extrativista, um termo que para Sandro Mezzadra e Brett Neilson (2017) aplica-se tanto a dados quanto a minerais. Dar destaque ao extrativismo abre o Comum às críticas da economia política marxista, como as articuladas pela ecologia política, pela tradição negra radical repensada diante da lei do valor, e pelo debate sobre reprodução social evidenciado pelo feminismo¹⁹. A interação necessariamente incompleta entre essas perspectivas não se encaixa facilmente no projeto social neoprometeico e aceleracionista.

Nesse contexto, a ideia de que as redes digitais podem se tornar “infraestruturas para o comum” deve questionar a própria sustentabilidade e centralidade da rede como modelo topológico dominante para pensar as interfaces digitais. Nem o modelo industrial da fábrica nem a imagética da rede conseguem dar conta ou conter as formas de cooperação social nos espaços digitais. As redes sociais digitais capitalistas capturam o trabalho livre por meio da implementação de uma arquitetura tecnossocial na qual cada nó se torna uma mônada. A neomonadologia é o diagrama do dispositivo que captura e valoriza o trabalho gratuito da cooperação tecnossocial. Aqui, a distinção entre linhas e pontos, bordas e vértices se desvanece à luz da relação entre as variações quase infinitas que constituem a maior parte do conteúdo e da informação compartilhada e circulada, o modelamento da comunicação pelas forças de simpatia e antipatia, o fluxo afetivo de desejos e crenças e a reconfiguração do sujeito como ponto de vista sobre tais variações, não tanto como um indivíduo racional, mas como o reflexo escuro de uma espécie de interioridade psíquica neobarroca, que continua sendo afetada pelo exterior e se dobra sobre ele. As tecnologias digitais estão cada vez mais integradas aos ambientes naturais, sociais e econômicos, de modo a exigir novas formas de habitar o mundo. A proliferação de câmaras de eco pode não ser apenas uma característica das arquiteturas digitais tecnossociais, mas uma reação à pressão por parte do enredamento dos sentidos ou em razão das diferenças sem separação na ausência de uma nova forma de razão tecnossocial na qual o computacional permeie o

¹⁹ Consultar: Tithi Bhattacharya e Lise Vogel (2017), Denise Ferreira (2017), Silvia Federici (2019a; 2019b), Stefania Barca (2020) e Cedric Robinson (2021). Além disso, também é possível consultar a entrevista: “Autonomist Marxism and World-Ecology: Nick Dyer-Witheford interviews Emanuele Leonardi”, Platforms, Populisms, Pandemics and Riots. Recuperado de: <https://projectpppr.org/pandemics/vv28ivjg8ux4uo5qz78qav9cl0gs3g>.

social de modo diferente. Gostos e desgostos, crenças e descrenças e motivações impensadas são as novas forças psíquicas que sustentam modos de cooperação que não implicam na divisão do trabalho mas nas relações, moldadas pela ação de forças como a simpatia e a antipatia, bem como a posse assimétrica e mútua. A distinção entre valores de uso e valores de troca, fundamental no debate inicial da economia política marxista, também se torna insustentável à medida que os valores éticos, existenciais e estéticos se convertem no novo terreno da valorização. Sob a pressão dos dados tecnossociais entrópicos que incorporam todo tipo de valores, o sonho dos algoritmos mestres pode acabar gerando formas imprevisíveis de inteligência não humana fugitiva. Tudo isso, e muito mais, certamente afetará a direção que a próxima década poderá tomar, já marcada pelo peso e pela ameaça de pandemias, catástrofes ambientais e guerras mundiais.

Nápoles, Itália, março de 2022.

REFERÊNCIAS

- Barbrook, R. & Cameron, A. (1995). *The California Ideology*. *Mute Magazine*, 1. Recuperado de: <https://www.metamute.org/editorial/articles/californianideology>
- Barca, S. (2020). *Forces of Reproduction: Notes for a Counter-Hegemonic Anthropocene*. Cambridge: Cambridge University Press
- Benkler, Y. (2006). *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven: Yale University Press.
- Bhattacharya, T. & Vogel, L. (2017). *Social Reproduction Theory: Remapping Class Recentring Oppression*. London: Pluto Press.
- Bosma, J., van Mourik Broekman, P., Byfield, T., Fuller, M., Lovink, G., McCarty, D., Schultz, P., Stalder, F., Wark, M. & Wilding, F. (eds.). *Readme! Filtered by Nettime: ASCII Culture and the Revenge of Knowledge*. New York: Autonomedia.
- Callum, C. (2019). *Riding for Deliveroo: Resistance in the New Economy*. Cambridge: Polity Press.
- Castoriadis, C. & Ames Curtis, D. (1988). *Political and Social Writings: From the Critique of Bureaucracy to the Positive Content of Socialism*. Volumes 1, 1946–1955. Minneapolis and London: University of Minnesota Press.
- Coase, R. (1993). *The Nature of the Firm*. Oxford: Oxford University Press.
- Davis, A. (2016). *Freedom is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine and the Foundation of a Movement*. New York: Haymarket Books.

- De Rizi (2015). Analysis Situs, the Foundations of Mathematics and a Geometry of Space. In Antognazza, M. R. (ed.), *The Oxford Handbook of Leibniz*. Oxford: Oxford University Press.
- Dean, Jodi (2010). *Blog Theory: Feedback and Capture in the Circuits of Drive*. Cambridge: Polity Press.
- Delfanti, A. (2021). *The Warehouse: Workers and Robots at Amazon*. London: Pluto Press.
- Della Ratta, D. (2019). *Shooting a Revolution: Visual Media and Warfare in Syria*. London: Pluto Press.
- Dyer-Witford, N. (2013). Red Plenty Platforms. *Culture Machine*, 14. Recuperado de: <https://culturemachine.net/wp-content/uploads/2019/05/511-1153-1-PB.pdf>
- Dyer-Witford, N., Brenes Reyes, J. & Liu, M. (2020). *Riot Logistics. Into the Black Box. A Collective Research into Logistics, Spaces and Labor*. Recuperado de: <http://www.intothe-blackbox.com/articoli/riot-logistics>
- Federici, S. (2019a), Social Reproduction Theory: History, Issues and Present Challenges. *Radical Philosophy*, 204, pp. 55-57. Recuperado de: <https://www.radicalphilosophy.com/article/social-reproduction-theory->
- Federici, S. (2019b). *Re-Enchanting the World: Feminism and the Politics of the Commons*. Oakland: PM Press.
- Ferreira, D. (2017). $1 \text{ (Life)} \div 0 \text{ (Blackness)} = \infty - \infty \text{ or } \infty / \infty$: On Matter Beyond the Equation of Value. *e-flux journal*, 79. Recuperado de: <https://www.e-flux.com/journal/79/94686/1-life-0-blackness-or-on-matter-beyond-the-equation-ofvalue/>
- Gerbaudo, P. (2021). *The Great Recoil: Politics After Populism and the Pandemic*. London: Verso Books.
- Hardin, G. (1968). The Tragedy of Commons. *Science*, 162, pp. 1243-1248.
- Hardt, M. & Negri, A. (2011). *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University.
- Hardt, M. (2010). The Common in Communism. *Rethinking Marxism*, 22(3), pp. 346-356. DOI: <https://doi.org/10.1080/08935696.2010.490365>
- Harney S. & Moten, F. (2013). *The Undercommons: Fugitive Planning & Black Study*. New York: Minor Compositions.
- Hu, T-H. (2015). *A Prehistory of the Cloud*. Cambridge: MIT Press.
- Jarrett, K. (2016). *Feminism, Labour and Digital Media: The Digital Housewife*. New York and London: Routledge.
- Kelly, K. (2009). The New Socialism: Global Collectivist Society Is Coming Online. *Wired*, 17(6). Recuperado de: <https://www.wired.com/2009/05/nepnewsocialism/>

- Kittler, F. A. (1996). The City Is a Medium. *New Literary History*, 27(4), pp. 717-729. Recuperado de: https://monoskop.org/images/0/04/Kittler_Friedrich_1996_The_City_Is_a_Medium.pdf
- Lanier, J. (2006). Digital Maoism: The Hazards of the New Online Collectivism. *The Edge*. Recuperado de: https://www.edge.org/conversation/jaron_lanierdigital-maoism-the-hazards-of-the-new-online-collectivism
- Lazzarato, M. (2023). *The Intolerable Present, The Urgency of the Revolution*. Los Angeles: Semiotext(e).
- Lovink, G. (2003). *My First Internet Recession*. Rotterdam: V2/NAi Publishers.
- Lovink, G. (2022). *Stuck on the Platform: Reclaiming the Internet*. Amsterdam: Valiz Publishers
- Lowe, L. (2015). *The Intimacies of Four Continents*. Durham: Duke University Press.
- MackSmith, D. (1988). *A History of Sicily: Medieval Sicily 800–1713*. New York: Dorset Press.
- Massumi, B. (2017). *The Principle of Unrest: Activist Philosophy in the Expanded Field*. London: Open Humanities Press.
- McIlwain, C. D. (2019). *Black Software: The Internet & Racial Justice, from the AfroNet to Black Lives Matter*. Oxford: Oxford University Press.
- Medina, E. (2011). *Cybernetic Revolutionaries: Technology and Politics in Allende's Chile*. Cambridge: The MIT Press.
- Mezzadra S. & Neilson, B. (2017). On the Multiple Frontiers of Extraction: Excavating Contemporary Capitalism. *Cultural Studies*, 31(2-3). DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09502386.2017.1303425>
- Morozov, E. (2019). Digital Socialism? *New Left Review*, 116/117. Recuperado de: <https://newleftreview.org/issues/i116/articles/evgeny-morozov-digital-socialism>
- Nakamura, L. & Chow-White, P. (2012). *Race after the Internet*. London and New York: Routledge.
- Negri, A. (2000). *The Savage Anomaly: The Power of Spinoza's Metaphysics and Politics*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press.
- Newman, M., László Barabási A. & Watts, D. (2006). *The Structure and Dynamics of Networks*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- O'Reilly, T. (2005). What Is Web 2.0: Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. *O'Reilly*. Recuperado de: <https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>
- Perry Barlow, J. (1996). A Declaration of the Independence of Cyberspace. *Electronic Frontier Foundation*. Recuperado de: <https://www.eff.org/cyberspaceindependence>.

- Rheingold, H. (1993). *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. Reading: Addison Wesley Publishing Compan
- Robinson, C. (2021). *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press.
- Ross, A. (2002). *No Collar: The Humane Workplace and Its Hidden Costs*. New York: Basic Books.
- Rossiter, N. (2016). *Software, Infrastructure, Labor: A Media Theory of Logistical Nightmares*. London and New York: Routledge.
- Sassen, S. (2014). Finance is not About Money. *MoneyLab*, 1: Coining Alternatives. Recuperado de: <http://opentranscripts.org/transcript/finance-not-aboutmoney>
- Spufford, F. (2010). *Red Plenty: Inside the Fifties Soviet Dream*. London: Faber and Faber.
- Srnicek, N. (2017). *Platform Capitalism*. Cambridge, UK and Maiden: Polity Press.
- Steyerl, H. (2013). *Too Much World: Is the Internet Dead?* *e-Flux Journal*, 1. Recuperado de: <https://www.e-flux.com/journal/49/60004/too-much-world-is-theinternet-dead/>
- Terranova, T. (2004). *Network Culture: Politics for the Information Age*. London: Pluto Press.
- Vercellone, C., Bria, F, Fumagalli, A., Gentilucci, E., Giuliani, A., Griziotti, G. & Vattimo, P. (2015). *Managing the Commons in the Knowledge Economy. Decentralized Citizens ENgagement Technologies*. Recuperado de: <https://dcentproject.eu/wp-content/uploads/2015/07/D3.2-complete-ENG-v2.pdf>.
- Williams, R. (1978). *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press.
- Wynter, S. (2003). Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation – An Argument. *CR: The New Centennial Review*, 3(3), pp. 257-337. DOI: <http://dx.doi.org/10.1353/ncr.2004.0015>
- Zuboff, S. (2018). *The Age of Surveillance Capitalism*. New York: Public Affairs.

* Contribuição de autoria: a conceitualização e o desenvolvimento integral do artigo foi realizado pela autora.

* Nota: o Comitê Acadêmico da revista aprovou a publicação do artigo.

* O conjunto de dados que apoia os resultados deste estudo não estão disponíveis para uso público. Os dados de investigação serão disponibilizados aos revisores, se assim o requererem.



Artículo publicado en acceso abierto bajo la Licencia Creative Commons - Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORA

Tiziana Terranova. Doutora em Mídia e Comunicação pelo Goldsmiths' College, University of London (Inglaterra). Mestre em Comunicação e Tecnologia pela University Brunel (Reino Unido). Graduação na Faculdade de Línguas Estrangeiras e Literaturas, Departamento de Estudos Americanos, Culturais e Linguísticos, Università di Napoli L'Orientale (Itália). Professora de Estudos Culturais e Meios Digitais junto ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Università di Napoli L'Orientale. Autora de *Network Culture: Politics for the Information Age* (2004, Pluto Press), *After the Internet: Digital Networks between Capital and the Common* (2022, Semiotexte/MIT Press) e também da obra no prelo *Network Social: on the Return of the Social in the Post-Digital age* (Minnesota University Press). Membro dos conselhos editoriais das revistas *Theory, Culture and Society* (Sage), *Media Theory* (<https://mediatheoryjournal.org/>), *Subjectivity* (Palgrave) y *Studi Culturali* (Il Mulino). Membro do Centro de Estudos Pós-coloniais y de Género, da Università di Napoli L'Orientale. Co-fundadora do Centro di Ricerca Interuniversitario sulle Tecnoculture Transnazionali (Italia) e do Critical Computation Bureau (<https://recursivecolonialism.com/critical-bureau/>). Seus interesses de investigação se concentram na intersecção entre ciência, tecnologia, comunicação e cultura desde a perspectiva da teoria crítica e dos estudos culturais.